

EU, FEDERALISTA, ME CONFESSO...

por
JOSÉ ADELINO MALTEZ *

*J*á foram escritas todas as frases comemorativas sobre a “autonomia” dos Açores, em nome da bandeira de 1876 e da Constituição de cem anos depois. Mas ainda falta adequada reflexão sobre o princípio da subsidiariedade, segundo o qual uma sociedade de ordem superior não pode interferir na esfera de autonomia de uma sociedade de ordem dita não superior. Porque nem a União Europeia pode ter intervenção na ordem da república, nem o aparelho central do poder desta deve tocar na zona regional, ou na área municipal.

Por isso é que apetece, neste texto, ao correr da pena, começar por reconhecer que “o conhecimento científico constitui apenas a região média do conhecimento, entre o senso comum... e o conhecimento metafísico” (Antero de Quental). E desenvolver uma simples tese: em unidade nacional, sob os auspícios de uma união europeia por cumprir, o regionalismo, o da autonomia política, precisa de voltar a ser conjugado em termos federalistas. O que foi consagrado formalmente a partir de 1976 e comungado de forma consensual, em quatro décadas, já justifica um salto de serena conjugação de esforços que nos liberte dos traumatismos jacobinos. Nos Açores e na Madeira, as regiões, com autonomia política e adesão dos povos, transformaram-se numa das mais importantes conquistas da pós-revolução.

Por isso é que importa assinalar o brasão de armas da liberdade lusitana. O “Antes morrer livres que em paz sujeitos”, divisa retirada de uma carta escrita a 13 de Fevereiro de 1582 por Ciprião de Figueiredo, então corregedor dos Açores e grande apoiante de D. António I, Prior do Crato, ao rei Filipe II de Castela, recusando-lhe a sujeição da ilha Terceira em troca de mercês várias. Que “as couzas que padecem os moradores desse afligido reyno, bastarão para vos enganar que os que estão fora desse pezado jugo, quererão

* Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.

antes morrer livres, que em paz sujeitos. Nem eu darei aos moradores desta ilha outro conselho... porque um morrer bem é viver perpetuamente”.

Por isso é que vou ainda mais fundo, ao próprio dia Espírito Santo, o Dia do Bodo ou Dia da Pombinha, nesse sincrético que é o dia da Autonomia dos Açores, entre o Pentecostes e a sagração da Primavera. Para assinalar que a açorianidade é um dos orgulhos do ser português.

Claro que, de acordo com o artigo 6.º da Constituição, “o Estado é unitário e respeita na sua organização e funcionamento o regime autonómico insular e os princípios da subsidiariedade, da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da administração pública.”

Para tanto, invoco São Tomás, com a consideração da “civitas” como mera unidade de ordem ou unidade de relação, como um todo de ordem (“totum ordinis”), mais orgânica do que organicista, dado que se visiona uma harmonia, uma unidade da diversidade. Trata-se de uma unidade na diversidade, onde há diversidade de funções, mas uma harmonia imposta por um fim unitário. Onde há mera aplicação de uma dada forma a uma determinada matéria, os indivíduos.

Mas a unidade não é unicidade, tal como o todo não é o totalitário. A unidade é unidade na diversidade, diversidade de funções, mas harmonia para um fim unitário, um bem comum mobilizador. Onde a “polis” só pode ser entendida como o espaço de diálogo entre a decisão e a participação, entre a governação e a cidadania, como a exigência de unidade na diversidade, como a harmonia dos discordes.

Por isso, me rala o pretense federalismo que alguns eurocratas invocam não passa de um efectivo neo-imperialismo. Basta ler Proudhon, em *Du Principe Fédératif* de 1863. O Estado unitário, nacional ou europeu, não passa de uma simples máquina política, só superável pela eliminação do centralismo, do unitarismo e do soberanismo, em que se enredam tanto os modelos do rei absoluto como do povo absoluto, que não admitem a existência, no espaço político, dos poderes periféricos, territoriais ou grupais. Com efeito, tanto o centralismo democrático, de matriz jacobina, como o centralismo que impulsiona os Estados-impérios não admitem o pluralismo, com uma reorganização simultânea, tanto no plano internacional como no plano interno, isto é, de baixo para cima, pelo renascimento da vida local e pela solidariedade dos grupos não públicos ou não governamentais, como hoje se diz.

“Não há dúvida... de que a Europa é uma federação de Estados, que os seus interesses se tornam solidários e que, nesta federação, fatalmente levada a cabo pelo desenvolvimento do comércio e da indústria, a prioridade de iniciativa e a preponderância pertencem ao Ocidente.” Mas se, nestas circunstâncias, se constituir esta federação, “a velha Europa encaminha-se para a ruína... Avançamos para a constituição de cinco ou seis grandes impérios, sendo o objetivo comum a todos a defesa e restauração do direito divino e a exploração da vil plebe. Os pequenos Estados são os primeiros sacrificados, como aconteceu à Polónia. Então, deixará de haver na Europa quaisquer direitos, liberdades, princípios e costumes. Então, começará a Grande Guerra dos seis impérios” (Proudhon, evidentemente).

Acresce que a unidade do Estado, em vez de federar a diversidade, fragmenta-se em neofeudalismos e neocorporativismos, diretamente proporcionais à própria despolitização do Estado de uma democracia sem povo e de um direito sem justiça. Fica a pirâmide verticalista da máquina do poder pelo poder, a que não respeita os espaços de autonomia das sociedades ditas imperfeitas, as que perdem a plenitude das matérias que dizem respeito à respetiva natureza, da família à universidade, passando pelos espaços associativos daquilo que se designa por sociedade civil.

Com efeito, um dos nossos principais problemas está no concentracionarismo, que marca o interior da “black box” da nossa governança. Porque se os “outputs” passam pelo ambiente e se transformam “inputs”, quando eles penetram no interior da máquina administrativa, espatifam-se com pouco “feedback”, face à ausência de uma estratégia nacional, sustentada num estado-maior adequado que permita a retroação da informação.

Aquilo que os velhos teóricos do sistemismo qualificavam como “conscience” e que antigamente nos era dado pelo patriotismo científico das universidades, das igrejas, da maçonaria, dos grandes corpos de Estado e das forças armadas. Os tradicionais centros de memória e de valores que davam autonomia e identidade à comunidade nacional.

Por outras palavras, ninguém constrói o federalismo que precisávamos, o da comuna municipal, o da região, vindas de baixo, e o da abolição do estatismo, o que tem ilusionistas das leis orgânicas, legisladores da vírgula, burocratas da vaidade e magistrados da subsunção e do silogismo.

Aliás, é pela informação, pelos sensores dos centros de receção de dados, que o sistema político contacta com o respetivo ambiente, com os outros

subsistemas sociais e com os outros sistemas políticos. É pela operação de processamento de dados, confrontando mensagens do presente com informações arquivadas no centro da memória e dos valores, que o sistema político pode, ou não, adquirir autonomia e identidade. É depois, no estado-maior da consciência, onde se seleciona a informação presente e passada, confrontando-se este conjunto com as metas programáticas, que o sistema político prepara a pilotagem do futuro em que se traduz a governação.

A memória é o sítio do sistema onde se armazena a informação e onde os valores permitem confrontar as possibilidades de execução com as preferências. É aqui que se confrontam as mensagens do presente com informações recuperadas do passado. Surge, assim, como fonte da individualidade e da autonomia de um determinado sistema, atribuindo-lhe identidade, isto é, permitindo que surja um povo, entendido por Karl Deutsch como uma “comunidade de significações partilhadas”, e gerando a autonomia, isto é, permitindo que o sistema seja capaz de utilizar informações do passado para poder decidir-se no presente. É a partir desta repartição e exaltação de símbolos de uma comunidade que se teoriza a “political socialization” e a educação política, fundamentais para a comunicação de mensagens e para evitar o que Émile Durkheim qualificava como anomia, a situação de um grande número de pessoas não saber que regras seguir no seu comportamento social.

Para que haja autonomia, é preciso que haja “nomia“, isto é, regras que se cumpram, sem espírito de seita, amiguismo, nepotismo ou clientelismo. De outra maneira, perde-se o sentido de comunhão entre os membros da comunidade e falha a ideia de obra ou de empresa. A sanção para o dislate costuma ser a heteronomia, onde paga o justo pelo pecador. A resposta comunitária à falta de instituição vai da greve de zelo à revolta cega, a do quanto pior melhor. Em muitos grupos já pisámos o risco da desinstitucionalização.

Repita-se: a regra número um da poliarquia, que é o nome contemporâneo da democracia, constitui esta: uma sociedade de ordem superior não pode interferir na autonomia de outras esferas que lhe sejam inferiores, sob pena de deixar mesmo de ser superior...

Caso contrário, o bairrismo dos municípios e das regiões gera caciques municipais e regionais. Tal como a centralização do governo gera caciques estaduais. O problema não está no município, na região e no governo, ou na democracia representativa, mas na “sociedade de corte” do centralismo que pode dominar todas essas instâncias, mesmo pelo hierarquismo partidocrático

e pela oligarquia burocrático-financeira. Só poderá frutificar a liberdade se houver homens livres, face ao carreirismo nos partidos e nas finanças, para bem da política e da economia.

O projeto europeu sempre foi o “distinguir para unir” (Jacques Maritain), ou o “dividir para unificar” (Denis de Rougemont). Chama-se federalismo. O imperialismo e o absolutismo é que praticam o “dividir para reinar” (Divide ut regnes).

Ora, face ao federalismo, a nação portuguesa tem a vantagem de ser indivisa. Somos nação antes de haver nacionalismo.

Porque há povos e nações que se repartem por vários Estados. Há Estados que aglomeram vários povos e nações. Há Estados que querem construir nações. Há povos e nações que querem autodeterminação. Há povos e nações contra a centralização, que querem a maturidade de um estatuto federal. Até na Europa. E na Europa da União Europeia. É preciso continuar a dividir para unificar. A esse método libertador, insista-se, dá-se o nome de federalismo.

Podemos e devemos ter alma nacional e sermos cidadãos do mundo, se entendermos cada nação como forma de acesso à “super-nação futura”. Logo, importa aceder ao federalismo europeu e às “repúblicas universais” pela libertação nacional, assente nas autonomias municipais e regionais. Detesto que usurpem o europeísmo pelo imperialismo, seja o da santa aliança, seja o do chauvinismo, o que se disfarça com a propagação de “républiques soeurs”. De cacafonia em cacafonia, ainda lhes pode sair uma nova “primavera dos povos”. É o que mereciam.

Não é por acaso que a minha tese de doutoramento, de há um quarto de século, tem como subtítulo “a procura da república maior”. Uma expressão de João Pinto Ribeiro, quando falava no Estado como república maior feita de outras menores. É este o meu federalismo, antigo, mas não antiquado.

Julgo que a solução está em eliminarmos os fantasmas estadualistas e os preconceitos antifederalistas. Não chega, hoje, o velho municipalismo, a mera desconcentração e a ilusória descentralização. Espalhamos núcleos de centralização por um país que é cada vez mais deserto, cheio de mato e de betão, é cobardia cultural. Voltemos a conjugar a seiva do federalismo interno.

Mas a “caixa negra” do nosso sistema político vive em ciclo de andropausa histórica com muito “sexo dos anjos” à mistura. Temos estadão no vértice do principado, ou aparelho de poder, e muitos estados dentro do Estado nas plataformas comunicacionias com as forças vivas. Não conseguimos transformar o velho corporativismo neofeudal em autêntica poliarquia...

Mas há ideias que são práticas da direita e da esquerda, dos liberais e dos socialistas, dos católicos e dos deístas. Por exemplo, o federalismo. Dos Estados Unidos da América ao Brasil, da República Federal da Alemanha à Suíça. Porque houve Proudhon, Bluntschli, ou Jean Monnet. E até aquela originalidade brasileira que incluiu o município herdado dos portugueses como sujeito da federação.

“A federação dos povos livres apagará a divisão dos Estados, querida, fomentada pelos déspotas, e deste modo desaparecerão as rivalidades de raças e se consolidarão as nacionalidades tais como as querem o direito e as necessidades locais” (Giuseppe Mazzini, o fundador da Jovem Europa e do nacionalismo italiano contemporâneo).

“O contrato de federação – tendo por objetivo, em termos gerais, garantir aos Estados confederados a sua soberania, o seu território, a liberdade dos seus cidadãos; de solucionar as suas questões; de providenciar, com medidas gerais, a tudo o que diz respeito à segurança e à prosperidade comum (...) – é essencialmente restrito. Se fosse de outro modo, a autoridade federal, de simples mandatária e com a função subordinada que deve ter, seria considerada como preponderante; em vez de estar limitada a um serviço especial, pretenderia abarcar toda a atividade e toda a iniciativa; os Estados confederados seriam convertidos em prefeituras, intendências, sucursais ou administrações. O corpo político, assim transformado, poderia chamar-se república, democracia ou tudo o que lhes agradar: já não seria um Estado constituído na plenitude das suas autonomias, já não seria uma Confederação (...). Em resumo: o sistema federativo é o oposto da hierarquia ou centralização administrativa e governamental (...). A sua lei fundamental, característica, é esta: na federação, os atributos da autoridade central especializam-se e restringem-se, diminuem de número, de dependência, à medida que a Confederação se desenvolve, pelo acesso de novos Estados” (Proudhon).

“Foi muitas vezes alvitrada, entre os democratas de França, uma confederação europeia, ou seja, os Estados Unidos da Europa. Sob esta designação, parece nunca se ter compreendido outra coisa que não fosse uma aliança de todos os Estados, grandes e pequenos, existentes atualmente na Europa, sob a presidência permanente de um Congresso. Subentendeu-se que cada Estado conservaria a forma de governo que melhor lhe conviesse. Ora, dispondo cada Estado, no Congresso, dum número de vozes proporcional à sua população e ao seu território, os pequenos Estados encontrar-se-iam, dentro em breve,

nesta pretensa Confederação, enfeudados aos grandes; ainda mais: se fosse possível que esta nova Santa Aliança pudesse ser animada dum princípio de evolução coletiva, vê-la-íamos prontamente degenerar, após uma conflagração interior, numa potência única, ou numa grande monarquia europeia. Uma semelhante federação não seria pois senão uma cilada ou não teria nenhum sentido” (Proudhon).

Termino com o nosso Agostinho da Silva, neste ano do respetivo centenário: “A fonte do poder não é, para portugueses, nem delegação de transcendências, nem figuração de imanências, nem contrato ou consenso; a fonte do poder é a unidade essencial do homem, da paisagem e do sonho que numa e noutro anda; o poder emana das aldeias no curtido das faces, na aspereza das rochas, no fumo das lareiras, no mugido dos gados, no escampado horizonte, na imobilidade e no gesto, no silêncio e na palavra; o primeiro elemento é o do homem e o seu chão e o seu cão; depois se forma a aldeia, ainda pequena e desvalida para ser política; mas com o município a primeira república se forma e sobre ela tudo o resto se tem de modelar; a Federação começa aqui; com a junção das economias aldeãs; a catedral começa aqui; com esta pedra de muro ou este ladrilho de piso; conhece a nau seus primeiros redemoinhos nas águas bravas do cabril; e é o primeiro Reino o deste Rei, com o seu chão e o seu cão; repeti-lo não sobra”.

A federação dos realismos periféricos, isto é, a história dos vencidos, pode obrigar o mundo a ser armilar, não pela quadratura do círculo, isto é, pelo realismo das repúblicas imperiais, as que dizem que há periferias numa esfera, mas pela rosa dos ventos, isto é, pela circulatura do quadrado, transformando a cruz em roda, rodando em torno do seu próprio eixo, sobre as circunstâncias do tempo e do lugar. Não gosto de ajustamentos pelo metro da vara torta. Ainda sou do Renascimento.

